



Revista Brasileira de Pesquisa em
Turismo

E-ISSN: 1982-6125

edrbtur@gmail.com

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-
Graduação em Turismo
Brasil

Araujo Carvalho, Rita Gabriela; Decol, Felipe; Fruet Gil, Lucas; Lanzer, Rosane Maria
Um estudo sobre as atividades turísticas em seis ilhas brasileiras

Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, vol. 10, núm. 1, enero-abril, 2016, pp. 173-
188

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=504154158010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Um estudo sobre as atividades turísticas em seis ilhas brasileiras

Study about tourist activities in brazilian islands

Un estudio sobre las actividades turísticas en seis Islas brasileñas

Rita Gabriela Araujo Carvalho¹

Felipe Decol²

Lucas Fruet Gil³

Rosane Maria Lanzer⁴

Resumo: As ilhas ou estados insulares possuem características físicas que as tornam atraentes para a visitação, sendo suas especificidades propícias para a prática de diversas modalidades turísticas, principalmente aquelas que utilizam os atrativos naturais. Os ambientes insulares são considerados frágeis e podem sofrer facilmente a degradação de seus ecossistemas. As circunstâncias que levam à essa degradação podem ser causadas por ações humanas ou oriundas de processos naturais. Nesse sentido, o presente estudo objetivou identificar as atividades que vêm sendo comercializadas em seis ilhas brasileiras. Para realização da pesquisa foram coletadas informações dos sites dos destinos, a partir das quais foi construído um questionário. Este foi enviado online para 30 agências receptivas das ilhas, visando obter informações acerca das atividades relacionadas ao turismo desenvolvido nas ilhas. Os resultados do estudo demonstram que algumas das atividades citadas pelos entrevistados como frequentes possuem alto potencial de impacto ambiental negativo e requerem melhor planejamento ou até mesmo sua proibição, pois não são compatíveis à fragilidade do ambiente insular.

Palavras-Chaves: Turismo. Ilhas Costeiras. Brasil.

Abstract: *The islands or island states have physical characteristics that make them attractive to the visitation, its specificities are conducive to the practice of various tourist modalities, especially those using the natural attractions. The island environments are considered fragile and can easily suffer the degradation of their ecosystems. The causes of this degradation can be caused by humans or from natural processes. In this sense, the present study aimed to identify the activities that are being sold in six Brazilian tourist islands. To conduct the research, information was collected from sites of destinations, then was developed an on-line questionnaire and sent to 30 incoming agencies of the six islands in order to obtain an overview. The results obtained in this paper concluded that some of the activities cited by respondents as frequent, have high potential for negative environmental impact and require more planning or even its prohibition, by not be consistent with the fragility of the island environment.*

Keywords: *Tourism. Coastal Islands. Brazil.*

¹ Universidade de Caxias do Sul. E-mail: ritagabyar@hotmail.com

² Universidade de Caxias do Sul. E-mail: felipedecol@hotmail.com

³ Universidade de Caxias do Sul. E-mail: lucasfruetgil@hotmail.com

⁴ Universidade de Caxias do Sul. E-mail: rlanzer@ucs.br

Resumen: Las islas y los Estados insulares tienen características físicas que se hacen atractivos para los visitantes, sus especificidades son propicias para la práctica de diversas modalidades de turismo, especialmente los que usan los atractivos naturales. Las islas son ambientes consideradas frágiles y pueden fácilmente sufrir la degradación de sus ecosistemas. Las causas de la degradación pueden originarse por los seres humanos o derivar de los procesos naturales. En este sentido, el presente estudio tuvo como objetivo identificar las actividades que se están vendiendo en seis islas turísticas de Brasil. Para realizar el estudio, se recogió información de los sitios de los destinos, en seguida, se construyó un cuestionario y se envió a 30 agencias receptoras de las seis islas, con el fin de obtener una visión general. Con los resultados obtenidos, llegase a la conclusión de que algunas de las actividades mencionadas por los encuestados como frecuentes, tienen alto potencial de impacto ambiental negativo y requieren más planificación o incluso su prohibición, ya que no son compatibles con el medio ambiente frágil de las islas.

Palabras clave: Turismo. Islas costeras. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Em publicação recente a Organização Mundial do Turismo - OMT (2014) aborda o turismo nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento - PEID⁵ e descreve a importância dessa atividade para a economia desses ambientes. As ilhas ou estados insulares possuem características físicas que as tornam atraentes para a visitação e suas especificidades propiciam a prática de diversas modalidades turísticas, principalmente aquelas que utilizam os atrativos naturais.

De acordo com a OMT (2014), o número de turistas que visitam os destinos insulares aumentou de 28 milhões em 2000 para 41 milhões em 2013 e representa mais de um quarto do Produto Interno Bruto - PIB em pelo menos sete PEID. Em 2014 foi declarado pela Organização das Nações Unidas - ONU o Ano Internacional dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, a fim de chamar atenção para diversos problemas enfrentados pelas comunidades que vivem em ilhas. Nesse sentido, constata-se a dependência econômica das ilhas ou estados insulares pelo turismo. Em alguns casos, constitui-se da principal fonte de renda para as populações dessas regiões, sendo que, um dos fatores determinantes para impulsionar o turismo foi o declínio das atividades tradicionais, ou seja, da pesca e da agricultura (Briguglio, 1995). Além dessa dependência econômica das ilhas pelo turismo, identifica-se outras semelhanças entre elas: tamanho físico, ecossistema frágil, dependência de mercados externos, relativo isolamento (insularidade), pouca capacidade produtiva, limitação dos recursos naturais (como a água), propensão aos desastres naturais, dificuldade para adaptar-se às mudanças climáticas, entre outros (Briguglio, 1995).

As ilhas são ambientes frágeis e podem sofrer facilmente a degradação de seus ecossistemas. As interferências podem ser oriundas de processos naturais, geralmente

⁵ PEID – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento: coalizão entre pequenas ilhas e países costeiros de baixa altitude que compartilham desafios e preocupações com o meio ambiente, especialmente, sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança climática global. (<http://aosis.org/about/>, Recuperado em 10, Janeiro, 2015).

causadas pelas mudanças climáticas, ou atividades antrópicas, destacando-se o turismo, a pesca ilegal, a agricultura e a indústria de construção. Ambos influenciam diretamente na economia de subsistência, na disponibilidade de água potável e na perda da biodiversidade.

Em relação à atividade turística, pode-se dizer que esta interfere diretamente na disponibilidade da água potável nas ilhas, pois somente o setor hoteleiro consome no turismo cerca de 5000 litros de água por hóspede/noite com a comida e a bebida (Gössling *et al.*, 2012).

O turismo para desenvolver atividades consideradas sustentáveis necessita da qualidade do ambiente marinho e costeiro. Contudo, o seu crescimento desordenado poderá acarretar sérios problemas ambientais, afetando a vida das populações e a experiência turística. Dentro desse contexto, justifica-se a necessidade da realização de pesquisas sobre turismo em ilhas, assim, o presente estudo tem como objetivo identificar as atividades que vem sendo comercializadas em ilhas turísticas brasileiras, a fim de discutir as tendências para a sustentabilidade destes ambientes.

2 ILHAS, BIODIVERSIDADE E O TURISMO

As ilhas são identificadas como ambientes frágeis e vulneráveis, tanto ao clima como também as ações humanas. Essa vulnerabilidade é decorrente das suas características peculiares, como a pequena extensão territorial, visto que esse é um fator limitante para questões de cunho econômico, social e ambiental.

Briguglio (1995) relata que a economia de ilhas ou estados insulares é altamente dependente de trocas e câmbios, geralmente realizado com países desenvolvidos. Na atividade turística realizada nas ilhas, segundo Guzmán, Borges e López (2012, p. 472), "uma porcentagem significativa de receitas do turismo destina-se a importação de bens e serviços requeridos pela própria indústria, e, geralmente, de países desenvolvidos". Por sua pouca capacidade física há também restrições nas importações de produtos e tecnologias, influenciando nos custos elevados para construção de infraestrutura turística e para formação de mão de obra especializada.

Além disso, de acordo com González, Montes, Rodríguez e Tapia (2008), as mercadorias de importação podem significar uma ameaça para biodiversidade e espécies endêmicas, como no caso do arquipélago de Galápagos, que com a vinda de produtos de outras localidades houve a invasão de espécies exóticas (ex: ratos).

Outro item que caracteriza as ilhas como vulneráveis é o afastamento ou a insularidade, dando origem a problemas relacionados ao transporte e a comunicação, pois são territórios geralmente cercados pelo mar e, dessa forma, são obrigados a utilizar os transportes aéreos ou marítimos para importação ou exportação (Briguglio, 1995).

O afastamento geográfico influencia nas especificidades das ilhas e sua biodiversidade, sendo característico das ilhas abrigarem uma significativa quantidade de espécies endêmicas. No entanto, González, Montes, Rodríguez e Tapia (2008) esclarecem

que grande parte dos arquipélagos oceânicos sofreram transformações por atividades humanas, visto que Galápagos é uma exceção, já que na ilha ainda se mantém 95% das espécies endêmicas.

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (*Intergovernmental Panel on Climate Change* – IPCC, 2014) estima, embora sem precisão, que 33% das espécies de plantas e 23% das espécies de aves ameaçadas são endêmicas de ilhas, além disso, há um alerta em relação às mudanças climáticas e principalmente a elevação do nível do mar que irá afetar a composição biótica dos ecossistemas insulares.

Ademais, a introdução de espécies exóticas e a perda do habitat natural podem ser consideradas as principais ameaças, de curto prazo, à biodiversidade das ilhas, sendo essas interferências distintas em relação aos grupos taxonômicos. Muitas espécies de plantas, vertebrados e invertebrados já foram introduzidas e extintas em diversas ilhas do mundo (Serafini, Barbosa de França & Adriguetto Filho, 2010). Estudos mostram que “os principais possíveis impactos das espécies invasoras sobre as nativas estão relacionados à exclusão competitiva, deslocamento de nichos, hibridização, predação e extinção” (Serafini, Barbosa de França, & Adriguetto Filho, p. 283, 2010). Em razão disso, muitas ilhas, ou parte delas, tornam-se Áreas Protegidas (AP), no entanto, em alguns casos, sem a devida fiscalização. O número de AP chega a quase 12% da superfície terrestre, mas as taxas de extinção ainda estão crescendo, demonstrando as dificuldades na eficácia das políticas e gestão local (Leverington *et al.*, 2010). No Brasil, também é comum encontrar Ilhas com áreas protegidas em seus territórios, tanto nas ilhas oceânicas quanto nas localizadas na região costeira.

O turismo em ilhas geralmente acontece na região costeira. Breguglio e Breguglio (2005) descrevem que vilas de pescadores, localizadas em pequenas ilhas, foram transformadas em atrações turísticas, salientando que o turismo desordenado causou a destruição de muitos manguezais e várias praias foram poluídas pelo esgoto, além da perturbação oriunda das embarcações. Ainda de acordo com Breguglio e Breguglio (2005), a zona costeira não foi à única afetada pelas atividades turísticas não planejadas, embora o foco esteja nessa região, as ilhas enfrentam problemas nos seus interiores, pois devido ao fácil acesso às áreas de preservação ocorreram invasão de visitantes indesejados a esses ambientes, ameaçando espécies raras.

De acordo com Guzmán, Borges e López (2012), baseando-se em estudos realizados por diversos autores, o produto turístico oferecido nas ilhas está associado as atividades de sol, areia e mar. Correia, Butler e Oliveira (2008), identificam as ilhas como o segundo principal destino de férias, superado apenas pelas cidades históricas. Esse fato pode ocorrer devido as suas características de afastamento ou insularidade, que tendem a tornar esses ambientes atraentes e exóticos para a prática de diversas atividades turísticas (Queiroz, Guerreiro, & Ventura, 2014).

Apresentada as fragilidades desses ambientes, nota-se, que de maneira paradoxal, ao mesmo tempo em que se tem o turismo como uma das principais fontes de renda para as comunidades insulares, este pode ser considerado um grande “vilão”, contribuindo com à

deprecação da natureza e com o desaparecimento de diversas espécies.

Queiroz, Guerreiro e Ventura (2014, p. 2) descrevem que “o turismo em pequenas ilhas é altamente dependente da qualidade do ambiente marinho e costeiro [...]”, consequentemente, se faz necessário planejar um turismo brando, minimizando as interferências negativas nesses ambientes. Segundo a OMT (2014), o desenvolvimento de turismo em ilhas deve ser orientado a cumprir planos que tenham plenamente claros sobre sua capacidade física e espacial, levando em conta a limitação dos recursos, especialmente a água, o litoral, a biodiversidade e a energia.

Para Jaafar e Maideen (2012), a competitividade levou ao desenvolvimento de vários produtos turísticos nos destinos insulares, utilizando o atrativo natural sol, areia e mar, mas cabe salientar, que nem sempre as modalidades turísticas praticadas em ilhas são sustentáveis. De acordo com Queiroz, Guerreiro e Ventura (2014), alguns gestores de ilhas, como as Caribenhas, estão considerando o ecoturismo uma alternativa para amenizar os impactos no ambiente, já que há uma crescente demanda com relação a essa segmentação, aliado ao fato das ilhas, ou parte delas, serem áreas de preservação. Porém Queiroz, Guerreiro e Ventura (2014, p.3), esclarecem que “o turismo baseado na natureza é dependente da conservação e não pode sobreviver sem a proteção dos recursos”.

2.1 As Mudanças Climáticas e o Turismo em Ilhas

As mudanças climáticas têm demonstrado o quão vulnerável o ser humano é diante das interferências naturais. Devido à localização geográfica, os ecossistemas insulares são considerados ambientes frágeis e mais susceptíveis a essas mudanças (Queiroz, Guerreiro, & Ventura, 2014), pois as atividades socioeconômicas das populações que vivem em ilhas estão concentradas na região costeira, e esses territórios sofrem constantemente com os fenômenos naturais.

Em razão disso, as ilhas são ambientes propensos a desastres causados pelos ciclones (furacões e tufões), terremotos, deslizamentos de terra e erupções vulcânicas. Desse modo, afetando diretamente as atividades econômicas (turismo, agricultura e pesca), comunicação, e em alguns casos, vindo a causar a morte dos seus habitantes (Briguglio, 1995).

De acordo com o relatório do IPCC (2014), as consequências mais imediatas e significativas para as pequenas Ilhas estão relacionadas à elevação do nível do mar, o que interfere diretamente na vida das comunidades em regiões costeiras. Ainda, segundo as informações fornecidas pelo IPCC (2014), em regiões onde estão localizados os pequenos estados insulares, as temperaturas têm vindo a aumentar 0,1 °C por década e o nível do mar sobe 2 mm ao ano.

Como já referido, um dos maiores problemas enfrentados em consequência do clima é a elevação do nível do mar e o aumento da temperatura, que consequentemente, causa ou causará o branqueamento dos recifes de corais, impactando na atividade turística bastante procurada nestes ambientes (OMT, 2014). Os recifes de coral são um meio de

subsistência fundamental para as comunidades costeiras ou insulares, tendo esse ecossistema um papel importante nas atividades pesqueiras e turísticas, além da sua função biológica, atrelando-se a eles valores estéticos e espirituais (Cinner *et al.*, 2012). Outra função dos recifes de coral, de acordo com Briguglio (1995), é dissipar as energias das ondas, dessa forma, reduzindo o risco de erosão na costa.

A região do Caribe sofre com os danos nos recifes de corais, originadas pela pesca excessiva e pelas catástrofes naturais. Para Cinner *et al.* (2012), uma das alternativas para conservação dos recifes de corais é a criação de reservas marinhas que inibem as alterações causadas pelo uso antrópico.

Todavia, o branqueamento dos recifes não é o único problema enfrentado pelos destinos insulares. Sovacool (2012) destaca a qualidade e disponibilidade da água doce como um fator limitante, pois há riscos de intrusão salina nas águas subterrâneas, afetando direta e indiretamente o turismo. Além disso, o IPCC (2014) descreve o risco da extinção de várias espécies decorrente da falta de água doce prevista para o século XXI. No entanto, cabe salientar que os estados insulares são responsáveis por apenas 1% dos gases de efeito estufa, mas estão entre os ambientes mais propensos às mudanças climáticas, o que ocorre por sua baixa capacidade de adaptação (IPCC, 2014).

O turismo é uma atividade constantemente influenciada pelas mudanças climáticas nas ilhas, principalmente, pelo fato dos empreendimentos turísticos estarem localizados nas zonas costeiras e dependerem dos recursos marinhos para suas atividades (ex: mergulho) e, portanto, são altamente vulneráveis aos riscos (Becken, Mahon, Rennie, & Shakeela, 2014).

Nesse sentido, as mudanças climáticas poderão induzir fatores externos, como a demanda turística. De acordo com Becken, Mahon, Rennie e Shakeela (2014) “durante a última década, uma série de desastres, incluindo os impactos dos tsunamis e ciclones têm afetado gravemente os destinos turísticos insulares”. Assim, nota-se a importância de as empresas turísticas planejarem seus negócios pensando na vulnerabilidade a desastres naturais. No entanto, como descrevem Hughey e Becken (2014), a indústria do turismo não está preparada e não compreende, ainda, a fragilidade dos seus negócios diante das alterações ocasionadas pelas mudanças climáticas. Dentro desse contexto, Sovacool (2012) salienta que o turismo é uma atividade econômica importante nas ilhas e o meio de subsistência para muitas pessoas e, sendo assim, reduzir os riscos de vulnerabilidade é fundamental.

2.2 A Água como Fator Limitante em Ilhas e o Turismo

Ilhas apresentam problemas com recursos naturais, quase sempre escassos. A falta de água doce dificulta o desenvolvimento do turismo nas ilhas. Por suas restrições e singularidades, os ecossistemas das ilhas apresentam características como “padrões diversos e irregulares de precipitação, com nítida demarcação entre o litoral e o interior, entre as costas expostas e abrigadas dos ventos e entre as diferentes altitudes” (Pigram, 2001, p. 1).

Além disso, há dificuldades em captar e estocar essa água, devido à falta de locais adequados e problemas agravados pelo desmatamento, que aceleram o processo de erosão e facilitam o escoamento das águas.

Nas cidades, há falta de infraestrutura para um melhor aproveitamento da água, por diversos motivos – falta de pessoal, falta de informações a respeito de recursos hídricos, isolamento – o que eleva o desperdício (Pigram, 2001). “Nas ilhas, a escolha de condições mais favoráveis às diferentes atividades que dependem da água é competitiva, muitas vezes conflituosa e em alguns casos inconciliável” (Borges *et al.*, 2009). A gravidade do problema da água nas ilhas é diretamente relacionada ao tamanho destas. Ilhas menores tendem a ter menos recursos hídricos, o que implica maiores cuidados em seu consumo. O arquipélago de Fernando de Noronha conta com reservatórios de água da chuva, sistemas de dessalinização de água do mar, açudes e poços para a manutenção do abastecimento de água doce das ilhas.

O consumo de água é essencial para o desenvolvimento do turismo nas ilhas, pois é utilizada para irrigação, banhos, limpeza e entretenimento. “Estima-se que 40% do consumo de água em um meio de hospedagem seja gerado nas unidades habitacionais” (Sperb, 2006, p. 48).

Gössling *et al.* (2014) divide o consumo de água no turismo em três perspectivas: 1) uso direto e indireto; 2) implicações sustentáveis do uso da água – escassez, disputa pelas fontes entre as diferentes atividades econômicas das ilhas e também pela população; e 3) gestão da água, que inclui as ações que visam diminuir o consumo. Ainda, de acordo com Gössling *et al.* (2014), o consumo indireto é maior responsável pelo *water footprint* e o consumo direto de água no turismo é de 1 Km³/ano, enquanto que somente na Espanha, o consumo indireto – água embutida em bens, produtos e serviços – é de 6,9 Km³/ano. Diretamente, a atividade que mais consome água é o golfe, pois, a irrigação dos campos demanda grande quantidade de água. Há ainda o consumo das piscinas, dos jardins e dos quartos (chuveiros, banheiras, descargas), da lavanderia e da cozinha. Esse consumo pode ser calculado em litros por hóspede/noite. No quarto, somente o chuveiro consome em média 70 litros de água por hóspede/noite. O que surpreende, é o consumo direto através da manutenção dos jardins do hotel. Geralmente, o paisagismo desses locais inclui plantas que não são naturais daquele ecossistema, e, portanto, adaptadas a características climáticas diferentes das encontradas na ilha, fato que pode demandar maior consumo de água na irrigação. Para manutenção de jardins, o consumo médio chega a 75 litros por hóspede/noite (Gössling *et al.*, 2014).

O consumo indireto contabiliza a água utilizada para a geração de energia (transporte e hotel) e para produção dos alimentos. Em atividades como *banana-boat*, esqui aquático, *snorkeling*, o consumo de água, pelo combustível, possui média de 20 litros por hora de operação. As estimativas para o consumo indireto de água, levando em conta somente a comida e a bebida consumidas no turismo, chegam a 5000 litros de água por hóspede/noite (Gössling *et al.*, 2014).

A eliminação da água residual após o consumo também é um problema, principalmente para ilhas pequenas. A “descarga de águas residuais para o mar é uma resposta frequente, mas com consequências deletérias óbvias para o ambiente marinho” (Pigram, 2001, p.3).

Atividades como pecuária e agricultura estão diminuindo seu consumo de água, porém, o turismo aparece como setor onde esse consumo apresenta um aumento acentuado. O desafio para o desenvolvimento do turismo é garantir que o consumo de água não afete a qualidade e a quantidade de água disponível nas ilhas, e seu uso para as comunidades insulares. Para isso, é necessário o conhecimento da oferta dos recursos hídricos do local, a identificação de novas fontes, planejamento e incremento à infraestrutura para a estocagem, o monitoramento da qualidade da água na relação com o desenvolvimento do turismo e controle do desflorestamento (Pigram, 2001).

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter exploratório-descritivo e foi utilizada uma abordagem quali-quantitativa. O período da investigação ocorreu entre os meses de agosto a dezembro de 2014, sendo a internet um facilitador para coleta de informação e de dados. Para escolha das seis Ilhas pesquisadas os critérios estabelecidos foram: a sua disposição ao longo do litoral brasileiro, a presença de atividades turísticas nesses territórios e estarem integradas à Associação Brasileira de Ilhas Turísticas- Abitur⁶. As ilhas selecionadas foram: Fernando de Noronha/PE, Abrolhos/BA, Boipeba/BA, Ilha Grande/RJ, Ilhabela/SP e Ilha do Mel/PR. No entanto, as ilhas de Boipeba e Abrolhos ainda não integram a Abitur, mas seguem os outros critérios de escolha para esta pesquisa.

As características gerais das ilhas foram obtidas por meio de sites das prefeituras, de agências receptivas e de organizações não governamentais. A partir disso, foi elaborada uma lista de atividades turísticas oferecidas pelas agências receptivas nas seis ilhas. A escolha das agências deu-se a partir da análise nos sites dos destinos, verificando se as mesmas trabalhavam com o turismo receptivo nas ilhas: Ilha Grande/RJ, Ilhabela/SP, Abrolhos/BA, Boipeba/BA, Fernando de Noronha/PE, Ilha do Mel/PR, com objetivo de realizar uma caracterização inicial. O questionário foi construído a partir dessa caracterização das ilhas e das atividades que vinham sendo oferecidas. Assim, foram selecionadas 30 agências receptivas, a partir da análise nos sites dos destinos, disponibilizando um questionário online no período de 23 de outubro a 20 de novembro de 2014, por meio do recurso *Google Docs*.

O instrumento de pesquisa foi endereçado aos e-mails das empresas que estavam disponíveis nos sites. O questionário continha oito questões, sendo seis delas de múltipla

⁶ A Abitur foi criada em 2014 e as primeiras ilhas a integraram a associação são a Ilha do Mel (Paraná), Ilha de Fernando de Noronha (Pernambuco), Ilhabela (São Paulo), Ilha Grande (Rio de Janeiro) e Ilha do Marajó (Pará).

escolha referentes ao perfil dos visitantes e duas mais específicas, indagando-se sobre o tipo de hospedagem mais utilizado nas ilhas e as atividades turísticas mais praticadas. As questões referentes aos meios de hospedagens e as atividades turísticas desenvolvidas nas ilhas foram elaboradas por meio de uma escala. A escala possuía valor de zero (inexistente) a quatro (muito frequente) para cada meio de hospedagem e cada atividade turística listada. Nesse sentido, a escala foi multiplicada e somada, portanto, quanto maior o valor maior a procura pela atividade.

3.1 Caracterização das Ilhas Pesquisadas

3.1.1 Ilha Grande – Rio de Janeiro

A Ilha Grande está localizada no município de Angra dos Reis, ao sul do estado do Rio de Janeiro, especificamente na região denominada Costa Verde. A ilha possui aproximadamente 190 km² e cerca de 7.000 mil habitantes. Recuperado em 1 de novembro, 2014, de <http://www.ibge.gov.br/home/>. O território da ilha está 80% legalmente protegido por Unidades de Conservação (UCs). Uma parte da ilha pertence à Área de Proteção Ambiental dos Tamoios (APA dos TAMOIOS), além da APA, identifica-se o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (PEMA) e a Reserva Biológica da Praia de Sul (RBPS). Apesar de Ilha Grande pertencer a Angra dos Reis como terceiro distrito, a sede a Vila do Abraão localiza-se próxima aos municípios de Mangaratiba e Paraty. O relevo é coberto por Mata Atlântica, destacando-se as montanhas e vários picos, sendo os de maior altitude o pico da Pedra d'água com 1031 metros e o pico do Papagaio com 982 metros. Recuperado em 1 de novembro, 2014, de <http://www.ilhagrande.com.br/ilha-grande/localizacao-e-dados/>

3.1.2 Ilhabela

O município de Ilhabela é um arquipélago localizado ao norte do estado de São Paulo e constitui-se por um conjunto de 12 ilhas, dois ilhotes e duas lajes, sendo que 83% do seu território pertence ao Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). Ilhabela possui uma área de 348 Km² e 28.196 habitantes. Recuperado em 1 de novembro, 2014, de <http://www.ibge.gov.br/home/>. O município está localizado a 135 quilômetros da capital e a 140 quilômetros da divisa com o estado do Rio de Janeiro. O relevo do arquipélago é formado basicamente por morros e montanhas, possuindo 42 praias e abrigando a maior reserva de Mata Atlântica do planeta. Ilhabela é internacionalmente conhecida pela prática de vela, destacando-se no mês de julho a Semana Internacional da Vela. Recuperado em 1 de novembro, 2014, de <http://www.ilhabela.sp.gov.br/>

Abrolhos

A Região dos Abrolhos localizada entre o sul do estado da Bahia e norte do Espírito Santo abriga a maior biodiversidade marinha conhecida em todo o Atlântico Sul. As formações recifais da região são as maiores do Brasil e apresentam estruturas únicas, com destaque para os chapeirões (grandes recifes em forma de cogumelos) que chegam a 25 metros de altura e 50 metros de diâmetro. Composto pelas Ilhas: Santa Bárbara, Siriba, Redonda, Sueste e Guarita, o arquipélago representa o primeiro parque nacional marinho do Brasil, criado em abril de 1983 e conta com 91.300 hectares de área que ajudam a proteger a região de importante biodiversidade marinha no Atlântico Sul. Em 2003, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura- UNESCO como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA). O Centro de Visitantes e a sede administrativa do parque estão localizados na Praia do Kitongo, zona urbana da cidade de Caravelas. A cidade baiana consolidou-se ao longo do tempo como um ponto turístico de embarque para o arquipélago de Abrolhos. Recuperado em 1 de novembro, 2014, de <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014/04/parque-de-abrolhos-ba-registra-crescimento-de-86-na-visitacao>

3.1.3 Boipeba

Inserida no Arquipélago de Tinharé que compõe o município de Cairu, situado no sul da Bahia, a Ilha de Boipeba destaca-se pela beleza natural e grande diversidade dos seus ecossistemas. Possui uma Área de Preservação Ambiental (APA) das Ilhas Tinharé e Boipeba, criada pelo decreto estadual 1.240, de 5 de junho de 1992. Os ecossistemas locais possuem praias arenosas, cordões litorâneos, costões rochosos, recifes pétreos, vegetação, restinga e áreas úmidas, abrangendo uma área de aproximadamente 43.300 hectares. Em virtude do patrimônio natural, a região foi reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade. Em Boipeba, o turismo é recente, restrito à última década, por conta da sua infra-estrutura ser muito simples. Recuperado em 1 de novembro, 2014, de <http://www.ilhaboipeba.org.br/boipeba.html>

3.1.4 Fernando de Noronha

O arquipélago de Fernando de Noronha constitui um distrito do estado do Pernambuco, conta com uma população estimada em 2 884 habitantes. Recuperado em 1 de novembro, 2014, de <http://www.ibge.gov.br/home/>. Localizado aproximadamente 345 km do cabo de São Roque no estado do Rio Grande do Norte e 545 km de Recife, em Pernambuco. É constituído por 21 ilhas e ilhotas, entre elas Fernando de Noronha – a principal, com 17 Km² – Rata, do Lucena, do Meio, Rasa, de São José, Cuscus e Cabeluda. O arquipélago é apontado como um santuário ecológico que abriga diversas espécies animais e vegetais, algumas, inclusive, em processo de extinção. No ano de 1986 foi instituído como Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e desde 2001 é considerado Patrimônio

Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO. Nas décadas de 1980 e 1990, houve um significativo aumento de visitantes. O número de pousadas existentes na ilha em 1988 era de apenas duas, porém, em 1991 já existiam 33 pousadas. Recuperado em 1 de novembro, 2014, de <http://www.noronha.pe.gov.br/>

3.1.5 Ilha do Mel

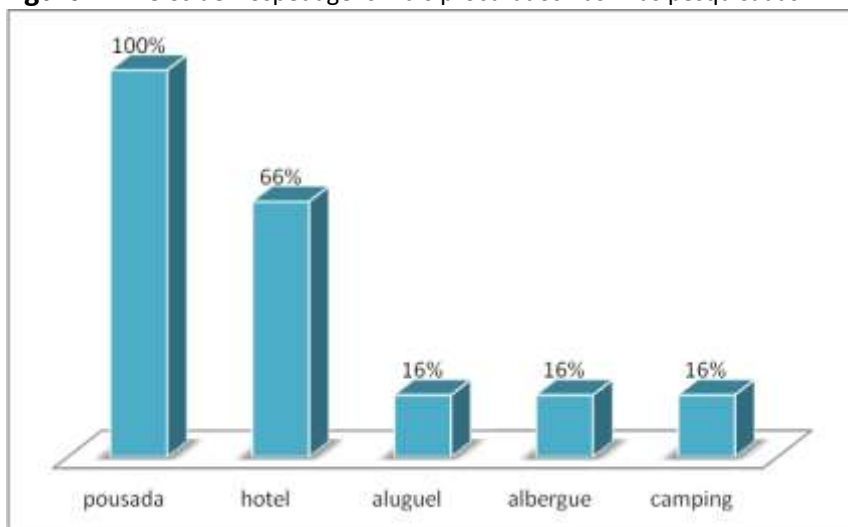
Situada a 4 Km de Pontal do Sul, no litoral do Paraná a Ilha do Mel é uma Parque Estadual e uma Estação Ecológica, sendo 90% de sua área protegida. Com uma população fixa de aproximadamente 1500 habitantes, a ilha possui grande biodiversidade tanto marinha quanto terrestre. Recuperado em 1 de novembro, 2014, de <http://www.ibge.gov.br/home/>. Possui duas áreas, a norte e a sul, unidas por um istmo. A área sul apresenta praias abertas, voltadas para o oceano e elevações, enquanto na parte denominada de planície da restinga, há mangues, riachos e praias voltadas para o mar da baía. Durante o período colonial por sua localização foi considerada importante para a defesa, então, foi construído o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres e o Farol das Conchas, que atualmente são atrativos culturais do local. Recuperado em 1 de novembro, 2014, de <http://www.ilhadomel.com/>

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de obter um panorama geral do turismo nas ilhas, buscou-se através do questionário, primeiramente, identificar as características dos visitantes que procuram os serviços das agências receptivas nas ilhas: Ilha Grande/RJ, Ilhabela/SP, Abrolhos/BA, Boipeba/BA, Fernando de Noronha/PE, Ilha do Mel/PR, obtendo um retorno de 20% dos respondentes.

Desse modo, as respostas indicaram que predominantemente a procura pelos serviços das agências nas ilhas pesquisadas é realizada por casais brasileiros. Visitantes estrangeiros também foram referidos nas respostas, no entanto, não como público mais frequente. A maior visitação ocorre nos períodos de verão e Réveillon. Os meios de hospedagens preferenciais foram pousadas e hotéis (Figura 1) e a permanência nas ilhas é em torno de até uma semana.

Figura 1- Meios de Hospedagens mais procurados nas ilhas pesquisadas

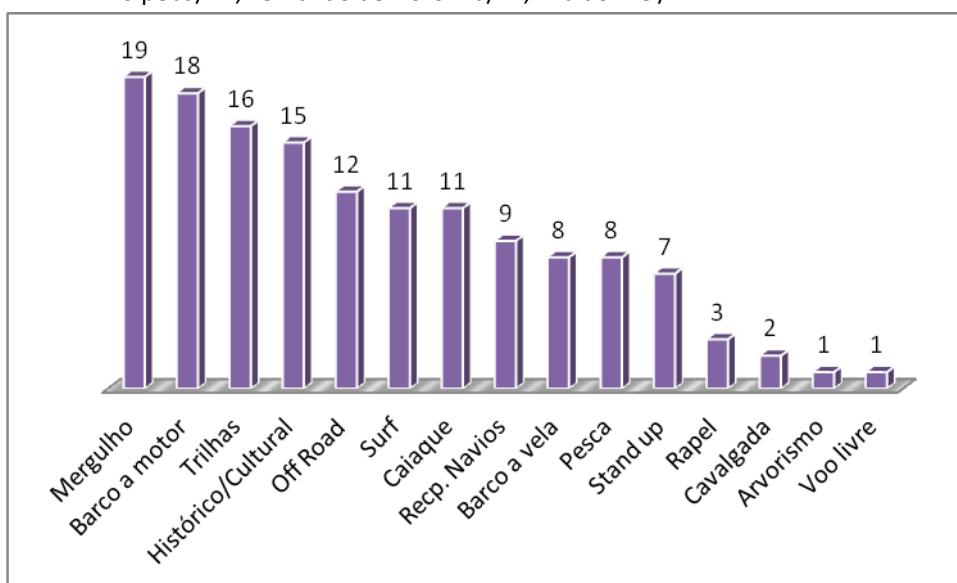


Fonte: Pesquisa direta

Todos os respondentes das agências selecionaram a opção pousadas, como principal meio de hospedagem utilizado pelos visitantes nas ilhas, sendo os hotéis o segundo mais utilizado (66%) e com menor frequência apareceram as opções aluguel (16%), albergue (16%) e camping (16%).

Após a caracterização dos visitantes que buscam os serviços das agências, buscou-se identificar quais atividades turísticas são as mais procuradas nas ilhas, visando alcançar o objetivo principal do trabalho. A questão a respeito das atividades turísticas existentes nas ilhas foi avaliada nos diferentes graus de frequência (0 a 4). O mergulho foi à atividade mais praticada ($(2 \times 2) + (3 \times 1) + (4 \times 3) = 19$), conforme apresentado na figura 2.

Figura 2- Atividades turísticas realizadas na Ilha Grande/RJ, Ilhabela/SP, Abrolhos/BA, Boipeba/BA, Fernando de Noronha/PE, Ilha do Mel/PR



Fonte: Pesquisa direta

Nota-se, conforme exposto no gráfico, que as atividades mais procuradas nas ilhas são mergulho e barco a motor, seguidos de trilhas, passeio histórico/cultural e *off road* e, com menos frequência, foram assinaladas as atividades de rapel, cavalgada, arvorismo e voo livre. As ilhas são ambientes frágeis e possuem limites quanto sua utilização. Os limites referem-se tanto à retirada de determinado recurso natural, quanto ao número de pessoas que poderão circular naquele espaço (Ferretti, 2002). No turismo, as atividades realizadas nas ilhas influenciam diretamente no grau de interferência no ambiente, dessa forma, em ecossistemas frágeis, como os insulares, as práticas como *off road* e o uso de barco a motor podem vir a danificar os recursos naturais existentes nesses locais. Por exemplo, o uso de *off road* poderá estar relacionado com a compactação do solo arenoso, bem como a processos erosivos, reduzindo a vegetação e afetando a fauna destes ambientes (Vieira, Calliari, & Oliveira, 2004). Moss e McPhee (2006) citam sobre o uso de veículos 4X4 em praia e dunas de uma área de North Stradbroke Island (Austrália) e suas consequências na diminuição do crustáceo *Ocypode cordimanus*. As interferências ambientais dos passeios realizados com o barco a motor, associam-se a danos que advém do ruído e da poluição hídrica, sendo que, sendo esta última ocasionada pelo derramamento do combustível ou óleo. Outro problema citado por Paulo e Costa (2012) é o uso do barco a motor, é o afugentamento da fauna, em consequência do barulho do barco e da movimentação da água.

Jaafar e Maideen (2012) relatam que a preocupação do desenvolvimento de produtos turísticos considerados sustentáveis em ilhas já vem sendo debatido pelos pesquisadores desde a década de 1990. Apesar da discussão estar em pauta desde esse período, observa-se por meio dos dados coletados e nos sites das agências receptoras avaliadas nas seis ilhas, que ainda é comum a comercialização do *off road*, passeios de barcos a motores e cavalgadas. Algumas ilhas já buscam trabalhar com limitação de visitantes, comercializando um turismo mais condizente com a fragilidade do ecossistema insular, como é o caso do Arquipélago Fernando de Noronha. Ramos (2012) aponta que as atividades turísticas podem apresentar interferências positivas, quando desenvolvidas com o intuito de valorizar o ambiente e consequente conserva-lo e serem negativas quando prevalecem interesses econômicos em detrimento do interesse ambiental, “e os limites sócio-naturais não são respeitados [...]” (Ramos, 2012, p. 39). As atividades como *surf*, passeio histórico-cultural, mergulho, caiaque e barco a vela, apresentam baixo potencial para impactos negativos e atraem turistas por proporcionar um contato direto com o meio ambiente, gerando benefícios às comunidades, tanto econômicos quanto sociais.

Ultrapassar os limites de utilização é arriscar a durabilidade das atividades nestes locais. Uma alternativa para minimizar os impactos das atividades nas ilhas é a realização de estudos de capacidade de carga, visando identificar o número máximo de visitantes que uma área pode suportar, para evitar que ocorram alterações negativas nos meios físico e social (Ferretti, 2002). O Limite Aceitável de Alteração (LAA) é outra importante ferramenta que pode ser utilizada no planejamento turístico, ajudando a evitar sobrecargas em áreas mais críticas ou vulneráveis. Este método preocupa-se com a percepção turística e

recreativa dos visitantes e com o limite de tolerância que os diferentes ecossistemas possuem diante de possíveis impactos (Ferretti, 2002). A discussão sobre o impacto do turismo em ambientes insulares associa-se ao fato que esses ambientes, como foi abordado no referencial teórico do presente artigo, são refúgios para várias espécies endêmicas ameaçadas. Apesar das ilhas, ao longo dos anos, serem alvos das ações antrópicas, ainda preservam em seus territórios elementos importantes para manutenção da vida, especialmente a vida marinha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ilhas são caracterizadas por possuírem espécies endêmicas, atrativos naturais únicos e são consideradas destinos exóticos para o turismo. A prática turística em ilhas requer a adoção de comportamentos adequados, por parte dos agentes públicos, privados e visitantes, respeitando os limites e favorecendo a preservação dos seus ecossistemas.

Os resultados da pesquisa apontam a importância dos estudos sobre essa temática no Brasil, principalmente com os agentes do setor turístico, sejam eles público ou privado. Como indicado nos dados coletados, ainda são comercializadas atividades consideradas prejudiciais ao meio ambiente, que ao longo prazo, poderão fazer com que os principais atrativos naturais desapareçam, e conseqüentemente, afetando a economia e a vida das comunidades como já vem ocorrendo em estados insulares.

A amenização dos efeitos negativos depende de planejamento e da integração com a população local para que o turismo possa se manter como uma atividade econômica. Algumas das atividades citadas pelos respondentes como frequentes, possuem alto potencial de impacto ambiental negativo e requerem maior planejamento ou até mesmo sua proibição, pois não condizem com a fragilidade do ambiente insular. Cabe salientar, que as atividades menos impactantes não são inofensivas ao meio ambiente, mas quando trabalhadas de maneira adequada auxiliam na conservação do ambiente.

A pesquisa foi realizada por meio da internet, logo, salienta-se as suas limitações, assim esse estudo poderá ser realizado in loco, buscando compreender melhor as relações entre o turismo, as agências receptivas, que comercializam os recursos naturais e os ecossistemas insulares. Cabe ressaltar que a bibliografia estrangeira é recorrente, mas no Brasil, pouco se aborda sobre as relações entre turismo, ilhas, água, biodiversidade e mudanças climáticas, portanto, faz-se necessário uma abordagem mais aprofundada sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

Becken, S., Mahon, R., Rennie, H.G., & Shakeela, A. (2014). The tourism disaster vulnerability framework: an application to tourism in small island destinations. *Natural Hazards*. (71), 955–972.

Borges, P., Azevedo, E., Borba, A., Dinis, F., Gabriel, R. & Silva, E. (2009). Ilhas Oceânicas. In Pereira,

H. et al. (Eds.) Portugal Millenium Ecosystem Assessment. *Celta Editora*. 461-508.

Briguglio, L. (1995). Small Island Developing States and Their Economic Vulnerabilities. *World Development*. (23), 1615-1632.

Briguglio, L., & Briguglio, M. (2005). Sustainable tourism in small islands: The case of Malta. In: L. Briguglio, R. Butler, D. Harrison, & W. Filho (Orgs), (London: Pinter) *Sustainable tourism in islands and small states: Case studies*. 226 – 317.

Cinner, J. E., McClanahan, T.R., Graham, N.A.J., Daw, T.M., Maina, J., Stead, S.M., Wamukota, A.; Brown, K. & Bodin, Ö. (2012) Vulnerability of coastal communities to key impacts of climate change on coral reef fisheries. *Global Environmental Change*. (22), 12–20.

Correia, A., Butler, R., & Oliveira, N. (2008). First-time and repeat visitors to Cape Verde. The overall image. *Tourism Economics*. (14), 185-204.

Ferreti. E. R (2002). Turismo e meio ambiente. Uma abordagem integrada. São Paulo: Rocca.

Gössling, S., Peeters, Hall, C.M., Ceron, J., Dubois, J., Lehmann, V., & Scott, D. (2012). Tourism and water use: Supply, demand, and security: An international review. *Tourism Management*. (33), 1-15.

González, A.J., Montes C., Rodríguez, J., & Tapia, W. (2008). Rethinking the Galapagos Islands as a complex social-ecological system: implications for conservation and management. *Ecology and Society*. (13), 13. Recuperado em 6 de janeiro, 2015, de <http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art13/>

Guzmán, T.L., Borges, O., & López, J.M.C. (2012). Análisis de la Oferta y Demanda Turística en Isla de Sal, Cabo Verde. *Rosa dos Ventos*. (4), 469-485.

Hughey, k.F. D., & Becken.S. (2014). Understanding climate coping as a basis for strategic climate changeadaptation – The case of Queenstown-Lake Wanaka, New Zealand. *Global Environmental Change*. (27), 168–179.

IPCC- Intergovernmental Panel on Climate Change (2014). Summary for policymakers. In: Field, C.B., V.R. Barros, D.J. Dokken, K.J. Mach, M.D. Mastrandrea, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea, & L.L. White (Orgs.). *Part A: Global and Sectoral Aspects: Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. United Kingdom and New York: Cambridge University Press, Cambridge.

Jaafar, M., & Maideen, S. A. (2012). Ecotourism- related products and activities, and the economic sustainability of small and medium island chalets. *Tourism Management*. (33), 683- 691.

Leverington, F. Costa, K. L. Pavese, H. Lisle, A., & Hockings, M. (2010) A global analysis of protected area management effectiveness. *Environmental Management*. (46), 685–698.

Moss, D; Mcphee, D. P. (2006). The impacts of Recreational Four-Wheel Driving on the abundance of the crab (*Ocypode cordimanus*) on subtropical sandy beaches in SE Queensland. *Coastal Management*. (34), 133-140.

OMT- Organização Mundial do Turismo. (2014). *Tourism in Small Island Developing States (SIDS): building a more sustainable future for the people of Islands*. Recuperado em 15 de Janeiro, 2015, de <http://www2.unwto.org/>

Paulo, C. M, & Costa, M. J. (2012) Impactos ambientais do turismo e modificações na paisagem: um estudo de caso em cidades pantaneiras. *Encontros Nacionais da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e sociedade* (IV).

Pigram, J.J., 2001. Water reources management in island environments: the challenge of tourism development. *Tourism* 49 (3), 267–274.

Queiroz, R. E, Guerreiro, J., & Ventura, M. A. (2014). Demand of the tourists visiting protected areas in small oceanic islands: the Azores case-study (Portugal). *Environment, Development and Sustainability*, s/n.

Ramos, B.V.C. (2012) *Interferências do uso turístico na qualidade ambiental de lagoas costeiras do litoral norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brazil.

Serafini, T. Z., Barbosa de França, G., & Andriguetto-Filho, J. M. (2010). *Ilhas oceânicas brasileiras: biodiversidade conhecida e sua relação com o histórico de uso e ocupação humana*. *Gestão Costeira Integrada*. 10(3), 281-301.

Sovacool, B. K. (2012) Perceptions of climate change risks and resilient island planning in the Maldives. *Mitig Adapt Strateg Glob Change*. (17), 731–752.

Vieira, H., Calliari, L. J., & Oliveira, G. P. (2004). O estudo do impacto da circulação de veículo em praias arenosas através de parâmetros físicos: Um estudo de caso. *Engevista*. 6, (3), 54-63

Artigo recebido em: 19/03/2015.

Artigo aprovado em: 01/02/2016.